

## **Democracia municipalizada na Internet e o uso de conotação no discurso jornalístico<sup>1</sup>.**

Rakel de Castro<sup>2</sup>

Universidade Federal do Maranhão

Carla Carvalho<sup>3</sup>

Universidade Federal de Campina Grande

### **RESUMO**

Este artigo objetiva estudar como o conceito de democracia, enquanto construção historicamente social, relaciona-se com a atividade discursiva do jornalismo político feito na Internet. Usa-se a conotação como categoria analítica para dimensionar o recurso linguístico como possibilidade de manipulação e distorção sistemática do discurso jornalístico político (ou que se pretende jornalístico porque pretende ter a credibilidade jornalística, uma vez que tais discursos manifestam em favor próprio a assinatura de verdade para o contrato com o público e-leitor). é cada vez mais recorrente quando esse discurso é propagado na Internet. A duplicidade de sentido, torna o discurso facilmente editado pelos vários públicos, reapropriado para diferentes contextos e rapidamente distribuído pela lógica da polarização política e da mobilidade potencializada pelos smartphones e os Sites de Rede Social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Democracia; Jornalismo Online; Discurso; Conotação.

### **Introdução: democratizando a própria história do conceito**

A extensa história da democracia ao longo do tempo diz muito sobre transformações e incertezas, que em sua maioria não podem ser eliminadas e merecem ser discutidas. Sendo assim, mesmo diante de tantas pesquisas e estudos, não é possível

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação pela UFPE (PDSE em Ciência da Comunicação pela UBI / Portugal). Mestre em Estudos da Mídia e jornalista pela UFRN. Professora adjunta do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOMPRO da UFMA. Coordenadora do MID – Mídia e Democracia (Grupo de estudos e linha de pesquisa pertencente ao NEEC – Núcleo de Estudos em Estratégias de Comunicação da UFMA). E-mail: patricia.rakel@ufma.br.

<sup>3</sup> Doutoranda em Engenharia Civil e ambiental na UFCG. Mestra em Dinâmicas Territoriais no Semiárido pela UERN – Pau dos Ferros. Bacharela em Engenharia Civil e em Ciência e Tecnologia pela UFERSA – Pau dos Ferros. E-mail: carvcarolc@gmail.com.

---

definir com exatidão como e onde esse sistema surgiu, o que a torna um objeto em constante modificação e reinvenção. Partindo desses princípios, observa-se que a democracia foi inventada e reinventada ao longo dos séculos, ressalta-se a possibilidade de seu múltiplo aparecimento em sociedades e culturas diferentes, em períodos de tempo distintos, o que amplia ainda mais essa discussão, visto que não há possibilidade de partir de um único ponto já conhecido. Dahl (2001) amplia esse entendimento, explicando que:

Seria um equívoco pressupor que a democracia houvesse sido inventada de uma vez por todas, por exemplo, como foi inventada a máquina a vapor. (...) Pressupõe-se, então, que a democracia possa ser inventada e reinventada de maneira autônoma sempre que há condições adequadas, em diferentes épocas e em lugares diferentes (DAHL, 2001, p 19).

Assim Dahl (2001) sugere que a democracia está presente na humanidade desde o seu princípio, uma vez que o ser humano por natureza costuma viver em grupos. Essas características sempre estiveram intrinsecamente associadas à espécie humana e daí surgiram os primeiros grupos, que por instinto compartilhavam entre seus membros a participação frente às tomadas de decisões. Posteriormente, a humanidade vivencia uma nova etapa marcada principalmente pelo crescimento dos grupos e pelo desenvolvimento de atividades agrícolas. Neste momento, a sobrevivência da espécie já se apoiava em novos pilares e, junto a si, a democracia também se transformava, visto que perdia espaço para a hierarquia oriunda da aquisição e acúmulo de poder por pequenas frações da população. Desse modo, via-se surgir a hierarquia, que por sua vez oprimiu consideravelmente os governos populares.

A hierarquia por si só não consegue definir os novos governos que surgiram pós democracia primitiva, pois a partir dela surgem outras vertentes, que podem ser consideradas como subproduto deste novo modelo. Assim, surgem as monarquias, oligarquias e aristocracias. Em contrapartida, em 500 a.C., toma evidência, em algumas regiões da Europa, condições favoráveis ao ressurgimento da democracia, visto que governos baseados na participação popular começaram a surgir. A partir desses aspectos, Dahl (2001, p. 21) aponta para uma modernização da democracia pré-histórica. “Pode-se dizer que a democracia primitiva foi reinventada em uma forma mais avançada. Os avanços mais decisivos ocorreram na Europa”. Entretanto, vale se antecipar e já contrapor essa visão liberal de Dahl com o papel do jornalismo propiciando à esfera pública o funcionamento dela como espaço de utilização pública da razão a fim de fiscalizar o

---

exercício do poder político. Assim, para Habermas (1989) o jornalismo foi a instituição fundamental para o advento do Estado de Direito Democrático moderno ao erigir a opinião como fonte única e exclusiva de legitimação das leis.

Avançando alguns séculos na história da democracia, verifica-se que no século VIII muitos empecilhos contribuía para que as noções de democracia fossem pouco disseminadas, pouco compreendidas e muitas vezes mal interpretadas. Todos esses fatores, segundo ainda Dahl (2001), são resultantes de um aglomerado de fatos: a igualdade se apresentava como uma ilusão para a maior parcela populacional, a democracia girava em um eixo que favorecia poucos grupos e classes sociais, e a liberdade de expressão era restrita, além da inexistência de uma república democrática.

Dentro de um longo intervalo de tempo, modificações foram implementadas e chegando ao final do século XX, a democracia encontrava seus principais oponentes largados em um cenário de destruição e dor fortemente impactado pela Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a aristocracia, a oligarquia bem como o nazismo e o comunismo estavam sujeitos aos olhos da humanidade. Entretanto, esse cenário, mesmo associado a todas as conspirações históricas não tinha condições de ceder um espaço favorável à expansão da democracia, uma vez que os movimentos antidemocráticos apresentavam uma força e apoio considerável, tendo em vista questões religiosas e nacionalistas, que interferem até mesmo nas tomadas de decisões atuais (DAHL, 2001).

Sendo assim, ainda neste mesmo Século, a democracia sofreu fortes represálias por parte de países não democráticos, que tinha seus líderes de governo e de Estado autodeclarados e enxergava os regimes totalitários mais eficientes. Por outro lado, analisando a história, não é difícil ter numerosos exemplos de nações que jamais aceitaram serem governadas por líderes autodeclarados. Esse modelo de governo geralmente se impõe às vontades das massas populacionais a partir da coerção, que pode se refletir das mais variadas formas, inclusive como violência e extinção do direito de expressão. Dessa forma, passou-se a conferir à democracia a faculdade de trazer consigo, pelo menos em teoria, benefícios desejáveis; uma vez que ela evitaria a tirania, asseguraria os direitos essenciais, propiciaria a liberdade geral, autodeterminação e autonomia moral, além do desenvolvimento humano, proteção dos interesses pessoais essenciais e a igualdade política (DAHL, 2001).

De acordo ainda com Dahl (2001), não é difícil perceber os percalços enfrentados pelo modelo democrático. Nesse contexto, a democracia, cresce, favorece grupos

---

políticos extremamente restritos, é desprezada, extinguida e retorna. Tudo isso evidencia o quanto a ascensão deste modelo não pode ser expressa de forma contínua e tão pouco linear, qualificando-se desse modo como algo irregular e instável do ponto de vista político e social.

### **Democracia como política do Estado de Direito**

Tratando mais detalhadamente dos aspectos político-democráticos do Estado quando relacionados com os aspectos de representação e participação política, Habermas (2002) os apresenta em sua obra “A inclusão do outro”, através de duas concepções (liberal e republicana) de política numa sociedade democrática, as quais são aqui comparadas e redesenhadas para dar forma a um terceiro conceito de política: a deliberativa. A perspectiva Habermasiana analisa, portanto, três modelos de democracia de acordo com três pontos de vistas: a noção de “cidadão do estado”, o “direito” e a “natureza do processo político na formação da vontade<sup>4</sup>”.

Para Habermas (2002), a principal diferença entre as políticas liberal e republicana está no papel que cada uma exerce no processo democrático. Na concepção liberal esse papel reside na função de programar o Estado para que este se volte ao interesse da sociedade. Nesse caso, política cumpre uma tarefa mediadora entre o poder administrativo e os interesses próprios privados (mercado); é o que congrega e impõe interesses sociais em particular, diante de um aparato estatal especializado no uso administrativo do poder político, com fins coletivos. Já a concepção republicana de política apresenta-se como constitutiva do processo de coletivização social como um todo. Aqui a política assume a forma de reflexão sobre um contexto de vida ético, o meio em que os indivíduos se conscientizam de sua interdependência e, como cidadãos, desenham e dão prosseguimento às relações de reconhecimento mútuo, transformando essas relações em associações de pessoas livre e iguais.

A partir de então, o autor alemão (2002) já mostra uma transformação na ideia de política. Ao lado da instância hierárquica reguladora do poder soberano estatal e da instância reguladora descentralizada do mercado (interesses próprios), surge também o estabelecimento da vontade política horizontal – o entendimento mútuo por via

---

<sup>4</sup> Habermas (2002) preferiu inicialmente categorizá-los apenas como dois enfoques: “cidadão do estado e direito” e a “natureza do processo político na formação da vontade”. Entretanto, para tornar a explicação mais didática, de acordo com a própria divisão (a, b e c) feita no texto original do autor para explicar os conceitos em ambos os contextos políticos (republicano e liberal), optou-se por dividi-los em três.

---

comunicativa. Habermas (2002, p. 270), enfatizando os contornos da política republicana, explica que, para a práxis da autodeterminação, “aceita-se uma base social autônoma que independa da administração pública e da mobilidade socioeconômica privada, e que impeça a comunicação política de ser tragada pelo Estado e assimilada pela estrutura de mercado”.

Depois de explicitar sucintamente essa diferença, Jürgen Habermas (2002) vai utilizar os três enfoques já citados (“cidadão do estado”, “direito” e a “natureza do processo político na formação da vontade”) para melhor detalhar esses dois modelos de política democrática e justificar o desenvolvimento de um terceiro modelo (deliberativo) com base em uma “Teoria do Discurso”.

Diferenciando assim, em primeiro lugar, a percepção de “cidadão do Estado” nas concepções liberal e republicana, o filósofo e sociólogo alemão (HABERMAS, 2002, p. 271) observa que, para a primeira compreensão de política (liberal), o *status* de cidadão é determinado de acordo com os direitos individuais (subjctivos / negativos)<sup>5</sup> que eles dispõem mediante ao Estado e dos outros cidadãos. É importante ressaltar aqui a importância da legitimidade das leis para o procedimento democrático. Dessa forma, os cidadãos do Estado e portadores de direitos individuais poderão contar com a defesa desse Estado, “desde que detenham os próprios interesses nos limites impostos pelas leis”. Os direitos políticos nesta ocasião são validados a partir da congregação de vários interesses privados, ou seja, através de votações, formação de partidos, governos etc., os quais exercem influência sobre a administração pública.

Em contrapartida, tem-se a segunda compreensão de política (republicana) que relaciona o status de cidadão (direito à cidadania, à participação e à comunicação política) a direitos coletivos (positivos<sup>6</sup>). Desse modo, o poder estatal não é uma força originária e os direitos e liberdades do cidadão antecedem a política, de tal modo que a força originária se dá através da comunicação consensual desses cidadãos do Estado, em uma prática comum de autodeterminação.

Em segundo lugar, Habermas (2002) esclarece o conceito de “direito”, segundo as duas concepções de política. Na liberal, é o sentido de uma ordem jurídica que constata quais os direitos cabíveis a cada indivíduo (subjctivo). Já na republicana, o direito de base subjctiva (individual) deve ser fundamentado numa ordem jurídica objetiva (coletiva) que

---

<sup>5</sup> É o espaço alternativo e livre de coações externas das pessoas agirem.

<sup>6</sup> Esses direitos não garantem liberdade às coações externas e sim a participação em uma práxis comum.

---

possibilite e garanta um convívio igualitário, autônomo e baseado no respeito recíproco. O exemplo do direito ao voto, interpretado como liberdade positiva, direito coletivo, parece ser um paradigma razoável dos direitos em geral, uma vez que constitui a autodeterminação política e esclarece como o direito individual e autônomo está associado aos direitos iguais.

Destarte, Jürgen Habermas (2002, p. 274 e 275) conclui a explanação sobre as três categorias usadas para analisar comparativamente a política sob o ponto de vista liberal e republicando, assinalando que a diferenciação entre “o papel do cidadão e do direito são expressões de um dissenso de raízes mais profundas sobre a natureza do processo político”.

Enquanto que na concepção liberal, o processo de formação da vontade e da opinião política é uma luta por posições que permitam dispor do poder administrativo para satisfação de interesses privados / particulares; na republicana, obedece-se a estruturas de uma comunicação pública, orientada para o entendimento mútuo. O paradigma aqui não é o mercado, mas a interlocução. Mercado no sentido que o voto, na sociedade democrática liberal, assume os moldes mercadológicos:

O êxito nesse processo é medido segundo a concordância do cidadão, em relação a pessoas e programas, o que se quantifica segundo número de votos. Ao votar os eleitores expressam suas preferências. As decisões que tomam nas eleições têm a mesma estrutura que os atos eletivos de participantes do mercado voltados à conquista de êxito. São os eleitores que licenciam o acesso a posições de poder, pelas quais os partidos políticos lutam (HABERMAS, 2002, p. 275).

Ao relacionar o processo de formação da vontade, numa democracia liberal, os atos eletivos de participantes de mercados, à luta estratégica em busca do sucesso, o autor elucida uma diferença estrutural entre o poder administrativo que tem o Estado e poder comunicativo, que vem da comunicação política, na forma de opiniões majoritárias, estabelecidas por vias discursivas.

Entretanto, entendendo a democracia republicana como bastante idealista, no sentido que coloca o processo democrático como dependente exclusivamente de “supostas virtudes” que todos os cidadãos têm eticamente voltados para o bem comum; Habermas (2002, p. 276) acolhe a ideia de que, “sob as condições do pluralismo cultural e social, também é frequente haver, por detrás de objetivos politicamente relevantes, interesses e orientações de valor” que não são estabelecidos para a coletividade.

---

Assim sendo, esses interesses e orientações de valor permanecem em conflitos e precisam ser compensados, sob forma de acordo com possibilidades de poder e sanções, e com restrições de não poderem ferir os valores fundamentais partilhados por integrantes dessa cultura. Para Habermas (2002, p. 277), “o direito firmado politicamente, caso se pretenda legítimo, precisa ao menos estar em consonância com os princípios morais que reivindicuem validação geral, para além de uma comunidade jurídica concreta”. Diferentemente do que foi pensado sobre as questões éticas republicanas, no direito político, agora iniciado pelo autor, como a fecundação da política deliberativa, as questões de justiça não estão fundamentadas desde o princípio ao coletivo:

Política deliberativa só ganha referência empírica quando fazemos jus à diversidade das formas comunicativas, na qual se constitui uma vontade comum, não apenas por um *auto-entendimento mútuo de caráter ético*, mas também pela busca de equilíbrio entre interesses divergentes e do estabelecimento de acordos, da checagem da coerência *jurídica*, de uma escolha de instrumentos *racional e voltada a um fim específico* e por meio, enfim, de uma fundamentação moral (HABERMAS, 2002, p. 277, grifo do autor).

A partir de agora, pode-se conceitualmente pensar (mesmo que no exercício prático isso seja mais difícil, embora não impossível de se materializar) uma política dialógica e instrumental impregnada e complementada com a deliberativa, baseada nas condições de comunicação que legitimam a formação da opinião e da vontade, de maneira institucionalizada, conferindo à visibilidade midiática um papel central e estratégico na definição da situação em que se dá a construção social da realidade.

Para corroborar com essa democracia deliberativa, Habermas vai buscar na Teoria do Discurso, elementos que convergem de ambos os lados (liberal e republicano) e os integra no conceito de um procedimento democrático que institui uma coesão interna entre negociações, discurso de auto entendimento e discurso sobre justiça, além de supor que se almejam resultados ora racionais, ora justos, ora honestos. Dessa forma, a razão prática se desloca dos direitos individuais do homem e dos direitos coletivos éticos para as regras discursivas e formas argumentativas que extraem seu valor normativo da base validativa da ação consensual, ou seja, da estrutura da comunicação linguística.

### **Um estudo de caso a partir do uso de conotações no discurso**

---

A linguagem com sentido figurado, de entendimentos dúbios, configura-se como um recurso bastante utilizado na construção do discurso jornalístico sobre política; especialmente se ela for analisada sob uma perspectiva regionalizada.

Abre-se agora um parêntese aqui para explicar o lócus e universo deste estudo. Ele faz parte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida em quatro anos e que tentou mapear os discursos jornalísticos políticos na internet, em especial em sites e sites de redes sociais. Tentou-se, portanto, entender a lógica de articulação política com o jornalismo dentro de uma perspectiva mais regionalizada, em que o valor-notícia “proximidade” não tem uma grande amplitude (alcance nacional e internacional muito pequeno ou quase inexistente) de público, mas tem forte apelo aos interesses locais e, portanto, maior poder de influência nas tomadas de decisões cotidianas. Em se tratando de política partidária, este cenário se torna muito mais palpável se municipalizarmos tal lógica. Dessa forma, a pesquisa se deu no município de Pau dos Ferros, interior sertanejo do Rio Grande do Norte, onde (embora tenha passado por transformações no campo da educação, economia, informação...) os processos de representação democrática tendem a se repetir. Entretanto, o discurso agora sai dos palanques e da necessidade da co-presença em espaços públicos e privados presenciais e passam a disputar o sentido de verdade prioritariamente na Internet.

Assim tem sido cada vez mais comum o surgimento e fortalecimento (como modelo de negócio e como modelo de inserção ideológica para a disputa política) de blogues/sites e depois da inserção destes em Sites de Redes Sociais, ensaiando a verdade jornalística. Outrossim, os blogueiros tentam, ao divulgar a pauta política, dizer que também estão firmando um contrato de confiança com o (e)leitor; entretanto, o uso de certos recursos linguísticos acabam deixando pistas discursivas sobre outros contratos que não são de interesse público democrático.

Dessa forma, delimitou-se o campo de coleta de dados em dois dos principais blogues / sites do município de Pau dos Ferros, nas últimas eleições municipais em 2016. O Blog do Capote (<http://www.blogdocapote.com/>)<sup>7</sup> e Política Pau-ferrense (<http://politicapauferrense.blogspot.com.br/>)<sup>8</sup> com o conteúdo replicado nos Sites de Redes Sociais – SRS, especificamente no Facebook:

---

<sup>7</sup> Então apoiador não declarado do então prefeito Fabrício Torquato.

<sup>8</sup> Então apoiador não declarado de Leonardo Rego, ex prefeito da cidade por dois mandatos e então candidato pela terceira vez. Neste pleito de 2016, Leonardo Rego vence Fabrício Torquato.



---

<https://www.facebook.com/mazinho.capote> e  
<https://www.facebook.com/clodoeudes.fernandes>, consecutivamente. Utilizou-se o e/-clipping para coleta e organização, e a Análise de Discurso (VAN DIJK, 2016 e 2010; ROSALIND GILL, 2002), como instrumento analítico de tais dados. Foram coletadas 369 notícias no total (179 no Blog do Capote; e 190 no Blog Política Pauferrense), publicadas entre blogues e SRSs, as quais foram analisadas o uso de conotações como categoria analítica do discurso que se pretende jornalístico ao tratar sobre política em período de campanha eleitoral municipalizada. A esta categoria, foram classificadas para serem analisadas todas as notícias que faziam uso mais corrente do sentido figurado para tratar dos temas políticos.

No Blog do Capote, textos que se iniciavam com este tipo de recurso, passou a dar a encenação que o discurso político às vezes precisa para criar uma sensibilidade que toca a memória e o contexto íntimo de cada leitor e o faz reinterpretar determinados contextos: “Pau do Ferros-RN: Vereadores denunciam Presidente da Câmara, Gilson Rêgo, por ‘engasga gato’”; “Dó, Ré, Mi, FABrício, Sol, Lara...”; “Tem uma turma por aí que mente mais que cachorro que ecoa alma”; “Rafael Fernandes-RN: Com o ‘filme queimado’ do pai, Múrcia vê chances de vitória cada vez mais distante”; “O deputado mastigador de cebo”; “Nos boletins de urna amanhã, só vou contar depois de dois mil votos. Basta, é peia e muita!”; “Tá tocando direto, igual a cantiga de grilo”, “Hoje à noite, no bairro Manoel Deodato, o canção vai piar e a cobra vai fumar!”.

Neste caso, atribuem-se sentidos dicotômicos para mexer com o imaginário do leitor / eleitor. “Engasga gato” é o nome denotativo que se dá na região do Alto Oeste Potiguar a uma espécie de trava de borracha / coleira que pode apertar bastante até o limite de arrotar um pescoço de um gato. Na notícia, o blogueiro quis usar o termo para desconstruir o então presidente da Câmara Legislativa (aliado de Leonardo Rêgo) que estava sendo denunciado por ter feito uma pesquisa de intenção de votos de forma ilegal com o dinheiro da Casa Legislativa. Engasga gato tomou o sentido de ilegalidade. E assim como ele usou esse artifício para desconstruir o opositor, ele também o usa para fortalecer a quem ele apoia, demonstrando mais uma vez o quão imbricadas estão essas categorias e que a leitura só pode ser feita de maneira predominante, mas não exclusiva: associa-se as sete notas musicais aos nomes de seus candidatos preteridos.

“Cachorro que ecoa alma”, também faz parte da forma escolhida para sensibilizar as memórias e experiências íntimas geradas a partir do convívio com as gerações

anteriores que, através da sabedoria popular, diziam que, quando um cachorro latia muito, era porque ele estava vendo ou invocando espíritos desencarnados. Como isso era história popular, sem cunho científico, boa parte das gerações mais recentes acabam por considerar o fato mentiroso. Neste caso, o escritor quis relatar o fato dos opositores de Fabrício Torquato estarem fazendo muito barulho, muitos comentários, muita movimentação em torno de mentiras sobre o caso de um reservatório d'água instalado numa comunidade rural do município. O que antes o próprio Mazinho Capote se serviu para acusar Leonardo Rêgo e defender Fabrício Torquato (a ideia patrimonialista) diante da gestão dos recursos financeiros públicos), depois foi usado pelos partidários do candidato do DEM para acusar o então prefeito Fabrício. Quando da história da caixa d'água, o então prefeito teria sido acusado de a instalar em uma calçada de um eleitor, para beneficiar apenas os eleitores dele ante o período de mais de 6 anos de estiagem e seca. O Blog do Capote publicou um vídeo, seguido desse texto, dando voz a um morador da comunidade que explicava o fato como uma medida temporária de precaução tomada pela prefeitura para evitar depredação, mas que o reservatório já estaria em um lugar público e de fácil acessibilidade para a toda a comunidade. É interessante perceber que, ao chamar os opositores de mentirosos, ele publica um vídeo o intitulando de A verdade e arroga para si o status de arauto da informação não distorcida sistematicamente.

De forma um pouco mais sutil e em menor número de veiculações, Clodoéudes Fernandes também faz usos de Conotações como mecanismo, inclusive e além de tudo, para reforçar a persuasão de seus discursos: “São Francisco do Oeste: Convenção do PSD oficializou chapa "puro-sangue" com Lusimar Porfírio e Alany Freitas”; “Editorial: Enquanto militância de Fabrício Torquato se apressa em colocar bloco na rua, equipe de Leonardo Rêgo acerta detalhes para realização de primeira grande mobilização”. Mais uma vez, ela se apropria do gênero jornalístico “Editorial” para traduzir sob a pretensão jornalística os seus pensamentos políticos partidários:

Nesta terça-feira (16), em Pau dos Ferros, no primeiro dia de liberação por parte da justiça eleitoral para a realização de propaganda eleitoral tanto nas ruas quanto na internet, visualizamos dois cenários no que se refere à postura estratégica das equipes de campanha dos principais candidatos ao comando Poder Executivo pau-ferrense: um sentimento de pressa por parte dos militantes situacionistas contrastando com a tranquilidade que norteia as ações do grupo oposicionista. Partindo da premissa de "quem é manco parte mais cedo", notadamente, enxergamos uma certa afobação entre os eleitores de Fabrício Torquato que

organizaram uma pequena mobilização na Avenida Independência, nas imediações do Banco do Brasil, para adesivar veículos com o material oficial de campanha.

Mas, um detalhe chamou a atenção de quem passava pelo local: a participação maciça de servidores comissionados e contratados do município engrossando o coro de continuidade da atual gestão.

Já do lado oposicionista o clima é de tranquilidade, reforçado pela perspectiva de favoritismo da candidatura de Leonardo Rêgo que, até o momento, lidera todas as pesquisas realizadas para consumo interno, algo que virá ao conhecimento da população a partir da divulgação oficial da primeira pesquisa eleitoral.

Além disso, no seio oposicionista existe um senso comum em torno da necessidade de se trabalhar com um planejamento estratégico inteligente e, espertamente, explorando o erro dos adversários de Leonardo que, historicamente, sempre se utilizaram de mecanismos precipitados de atuação e movidos a pirotecnias de marketing, fatores que contribuíram para os constantes fracassos nas urnas ante o líder político do DEM.

Diante dos fatos narrados acima, digo que foi desta forma que teve início a campanha eleitoral na principal cidade do Alto Oeste potiguar.

De um lado os situacionistas tentando correr atrás do prejuízo. Do outro, os oposicionistas esperando o momento certo para liberar o "golpe" final e aniquilador.

A sorte está lançada. Que vença o melhor! (FENANDES, 2016, online)

A utilização de expressões metafóricas como “‘golpe’ final e aniquilador” para representar a vitória de Leonardo Rêgo na disputa pela prefeitura ou “correr atrás do prejuízo” para significar a tentativa de Fabrício Torquato em amenizar as perdas da má gestão e da campanha; assim como “quem é manco parte mais cedo”, para dizer que a equipe da coligação “Pau dos Ferros de todos” tinha começado as manifestações políticas mais cedo que a coligação “Por amor a Pau dos Ferros”, porque a primeira tinha mais defeitos a serem apontados e estariam com o pleito eleitoral perdido, por isso estariam “mancos” e precisariam compensar a passada de quem não seria manco; foi o reforço estilístico da estratégia discursiva para reafirmar, na imagem do então prefeito e candidato à reeleição, o papel de patrimonialista, ao dizer que as ações políticas só tinham adesão de funcionários comissionados e não da população em geral, porque àqueles estariam, antes de tudo, lutando para manter seus empregos, com a possível continuação da gestão, do que pelo bem democrático e coletivo. Tendia-se novamente uma não superação, uma não distinção da relação família X política, particular X pública.

### **Algumas considerações finais**

De uma forma geral, o uso de conotação como recurso linguístico para manipulação, distorção sistemática do discurso jornalístico político (ou que se pretende jornalístico porque pretende ter a credibilidade jornalística a seu favor como assinatura de verdade para o contrato com o público e-leitor) é cada vez mais recorrente quando esse discurso é propagado na Internet. A duplicidade de sentido, torna o discurso facilmente editado pelos vários públicos, reapropriado para diferentes contextos e rapidamente distribuído pela lógica da mobilidade potencializada pelos smartphones e os Sites de Rede Social. Isso tende a se ampliar mais rapidamente em democracias muito polarizadas e, na contemporaneidade, essa polarização é fortalecida pelos algoritmos dos SRS / Internet.

Somam-se a isso, o modelo de negócio informativo pouco profissionalizado (quanto menor o município, menor os investimentos em meios de comunicação pública ou que preze majoritariamente por informação de interesse público com o contraditório presente), com a qualidade técnica e eticamente questionável e mais facilmente cooptado por partidos políticos enquanto “patrocinadores” da informação.

E em uma democracia contemporânea que prescinde de uma imprensa livre e comprometida com os interesses públicos, esse tipo de recurso tende a enfraquecer o debate político, esvaziando o engajamento da opinião pública que tende a ser mais influenciada (porque se torna cada vez mais engajada incidentalmente – mesmo que não busque, a informação chega a seus dispositivos) por esse *modus operandi* da informação que se passa por notícia política.

## REFERÊNCIAS

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. Edições Loyola: São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DIJK, Teun A. van. **Como a Rede Globo manipulou o impeachment da presidente do Brasil, Dilma Rousseff**. São Paulo: Carta Maior, 2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Como-a-Rede-Globo-manipulou-o-impeachment-da-presidente-do-Brasil-Dilma-Rousseff/12/37490>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso e poder**. Tradução: Judith Hoffnagel, Ana R. Vieira, Leonardo Mozdzenski, Benedito Gomes Bezerra, Rodrigo Castro e Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2010.

---

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.